



COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE MONTE REDONDO

SEDE: ~~XXXXXXX~~ ~~XXXXXXX~~ ~~XXXXXXX~~ ~~XXXXXXX~~ ~~XXXXXXX~~ ~~XXXXXXX~~ ~~XXXXXXX~~ LISBOA

Lisboa,

DOCUMENTO ELABORADO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO NUMERO DOIS DO ARTIGO SETENTA E OITO DO CÓDIGO DO NOTARIADO. -----

----- ESTATUTOS DA -----
----- -COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE MONTE REDONDO- -----
----- -CAPÍTULO PRIMEIRO- -----
----- Constituição, Séde, Duração e Finalidade- -----
----- -ARTIGO PRIMEIRO- -----

A Comissão de Melhoramentos de Monte Redondo, constitui uma Associação que congrega individuos, com os propósitos que a seguir se descreminam, sem finalidades políticas, sectárias ou lucrativas e que tem a sua Sede em Monte Redondo, freguesia de Folques, concelho de Arganil, podendo abrir delegações onde a presença de associados o justifique. -----

----- -ARTIGO SEGUNDO- -----
A Comissão é constituída por tempo indeterminado.-----
----- -ARTIGO TERCEIRO- -----

A Comissão rege-se pelos presentes Estatutos e subsidiariamente pela Lei Geral e tem por finalidade:-----

UM ---- Promover o progresso e desenvolvimento de Monte Redondo; -----
DOIS -- Por iniciativa própria e ou em em colaboração com as autarquias locais e quaisquer outros departamentos ou serviços públicos ou, com entidades privadas, promover a realização de obras de interesse público regional, tais como construção e arranjo de arruamentos, jardins, parques, infantários, lares para a terceira idade, bibliotécas e quaisquer outros com vista ao embelezamento da povoação e a melhoria das condições de vida dos seus habitantes; -----

TRÊS- --Concorrer para o aperfeiçoamento moral, cultural e cívico dos seus membros, fomentando neles o espírito associativo, nomeadamente através de conferências, reuniões, manifestações recreativas, etc.;-----

QUATRO--Prestar aos associados que dele careçam, todo o auxílio possível, designadamente assistência médica e medicamentosa e apoio à terceira idade;-----

QUINTO--Fomentar o desporto e a educação física dos seus associados;-----

SEXTO---Concorrer para uma maior solidariedade entre todos os naturais de Monte



COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE MONTE REDONDO

SEDE: ~~COMPLEXO DAS EMOÇÕES XXXXXXXX DELIBERACIONES XXXXXXXX~~

Lisboa,

Redondo ou pessoas ligadas à povoação, seja qual for o local, do País ou do Estrangeiro, em que se encontrem; - - - - -

SÉTIMO--Promovêr através das diversas manifestações artísticas, culturais ou recreativas, a que acima se alude, a obtenção de fundos destinados aos fins que a Associação se propõe levar a efeito. - - - - -

- - - - - CAPÍTULO SEGUNDO - - - - -

- - - - - Dos Fundos - - - - -

- - - - - ARTIGO QUARTO - - - - -

Constituirão fundos para a prossecução dos objectivos da Comissão, os provenientes de: - - - - -

UM----- Quotizações e donativos dos seus associados; - - - - -

DOIS ----- Receitas resultantes da organização de espectáculos e sessões sociais a que se refere o numero sete do artigo anterior; - - - - -

TRES----- Subsídios oficiais ou particulares, doações pessoais, heranças ou legados. - - - - -

- - - - - CAPÍTULO TERCEIRO - - - - -

- - - - - Dos Sócios - - - - -

- - - - - ARTIGO QUINTO - - - - -

E condição indispensável para a admissão de sócio da Comissão, que os candidatos gozem de bom comportamento moral e cívico, - - - - -

- - - - - ARTIGO SEXTO - - - - -

Os sócios agrupam-se em três categorias: SÓCIOS EFECTIVOS, SÓCIOS BENEMÉRITOS E SÓCIOS HONORARIOS, = = = = =

- - - - - ARTIGO SÉTIMO - - - - -

Serão considerados sócios efectivos, os indivíduos, de qualquer dos sexos, que satisfaçam as condições seguintes: - - - - -

UM----- Serem naturais de Monte Redondo, ou acharem-se ligados a esta povoação por qualquer interesse material ou afectivo; - - - - -

DOIS ----- Serem maiores de dezoito anos, emancipados por casamento ou quando menores, devidamente autorizados por seus pais ou tutores. - - - - -

PARAGRAFO ÚNICO - Os sócios efectivos ficarão obrigados ao pagamento duma quota

mensal, semestral ou anual, cujo quantitativo será fixado pela Assembleia Geral. - - - - -

- - - - - ARTIGO OITAVO - - - - -

Serão considerados sócios beneméritos, os indivíduos ou entidades que contribuam para a Comissão com qualquer donativo, desde que o não façam sob a forma de quotização normal. - - - - -

- - - - - ARTIGO NÓNO - - - - -

Serão considerados sócios honorários, os indivíduos ou entidades que contribuam para a Comissão com relevantes serviços. - - - - -

- - - - - ARTIGO DÉCIMO - - - - -

UM----- A admissão de sócios efectivos é da competencia da Direcção mediante proposta assinada pelo respectivo candidato e por um sócio efectivo no pleno gozo dos seus direitos associativos; - - - - -

DOIS----- Competirá à Assembleia Geral, mediante proposta fundamentada da Direcção, a admissão dos sócios das categorias de BENEMÉRITOS E HONORÁRIOS. - - - - -

- - - - - ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO - - - - -

O candidato cuja proposta de admissão para sócio haja sido recusada, poderá não se conformando com a recusa, dela recorrer para a Assembleia Geral, desde que o faça, nos primeiros quinze dias, posteriores à notificação pela Comissão, daquela rejeição. - - - - -

- - - - - ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO - - - - -

CONSTITUEM DIREITO DOS SÓCIOS: - - - - -

UM ----- Participarem nas Assembleias Gerais; - - - - -

DOIS ---- Elegerem e serem eleitos para cargos Directivos;

TRES ---- Requererem a convocação da Assembleia Geral, conjuntamente com outros sócios efectivos, deste que perfaçam ~~um~~ um quarto do numero de associados. - - - - -

QUATRO--- Proporem a admissão de sócios efectivos; - - - - -

CINCO---- Examinarem os livros de contas da Comissão até trinta dias antes da realização da Assembleia Geral Ordinária; - - - - -

SEIS----- Frequentarem a Sêde da Comissão e as suas Delegações; - - - - -

SEPE----- Obterem a suspensão do pagamento das quotas, em caso de doença, desemprego, prestação do serviço militar, ou em outras situações que o justifiquem, desde que assim o requeiram, por escrito, à Direcção

----- e esta entenda que procede o fundamento invocado. - - - - -

- - - - -ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO- - - - -

CONSTITUEM DEVERES DOS SÓCIOS: - - - - -

- UM ----- Efectuarem, mensalmente, semestralmente ou anualmente, o pagamento
----- das suas quotas; - - - - -
- DOIS ---- Cumprirem fielmente as disposições dos presentes Estatutos e as de-
-----terminações emanadas da Assembleia Geral e da Direcção,;- - - - -
- TRES ---- Desempenharem, gratuitamente, e com a maior dedicação, os cargos
----- para que forem eleitos ou designados; -- - - - -
- QUATRO -- Pedirem, por escrito, a sua demissão de sócio quando não pretendam
----- continuar a sê-lo, bem como participarem as mudanças de residencia;
- CINCO --- Comportarem-se correctamente em todos os actos promovidos pela Co-
----- missão;
- SEIS ---- Zelharem pelos interesses da colectividade, contribuindo para o seu
----- prestígio e engrandecimento; - - - - -
- SETE ---- Colaborarem na realização dos objectivos da Comissão. - - - - -

- - - - -ARTIGO DÉCIMO QUARTO- - - - -

Para além dos deveres impostos nos numeros dois a sete do artigo anterior, fi-
cam os sócios beneméritos especialmente obrigados a contribuirem para a Comis-
são, com um donativo anual mínimo de Esc:- 5.000\$00. Cinco mil escudos. - - -

- - - - -CAPÍTULO QUARTO- - - - -

- - - - -Da Administração e Fiscalização - - - - -

- - - - -ARTIGO DÉCIMO QUINTO- - - - -

A administração da Comissão incumbe a uma Diercção composta por sete membros
eleitos bienalmente pela Assembleia Geral, sendo UM Presidente, Um Vice-Presi-
dente, UM Tesoureiro, Dois Secretários e dois Vogais, - - - - -

- - - - -ARTIGO DÉCIMO SEXTO - - - - -

A Comissão obriga-se pelas assinaturas conjuntas de DOIS membros da Direcção
, devendo, necessariamente, uma delas ser a do Presidente ou do Tesoureiro e
a de um secretário. - - - - -

PARAGRAFO ÚNICO - Em actos de mero expediente, bastará a assinatura de um se-
cretário. - - - - -

- - - - -ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO - - - - -

A Direcção serão atribuidos os mais amplos poderes de Administração, competen-
do-lhe nomeadamente: - - - - -

- UM ----- Coordenar a actividade da Comissão e promover a execução das directri-
----- zes previamente elaboradas em Assembleia Geral; - - - - -
- DOIS --- Adquirir ou alienar bens imóveis, quando previamente autorizadas pela
Assembleia Geral; - - - - -
- TRES --- Pronunciar-se sobre a admissão de sócios efectivos e propor à Assem-
----- bleia Geral a admissão de sócios beneméritos e honorários.

- QUATRO-- Aplicar aos sócios as penalidades de advertência e suspensão, sempre que se verifiquem os fundamentos previstos nos artigos trinta e nove e quarenta destes Estatutos; - - - - -
- CINCO-- Prppor à Assembleia Geral a aplicação das penas de eliminação e expulsão de qualquer sócio, nos termos dos artigos quarenta e um e quarenta e dois;- - - - -
- SEIS---- Propor à Assembleia Geral a fixação ou actualização da importancia das quotas e de outros contributos dos sócios, bem como as alterações aos Estatutos que tiver por convenientes; - - - - -
- SETE---- Elaborar e apresentar, anualmente, à Assembleia Geral, o relatório e contas da gerência, devendo, obrigatoriamente, naquele relatório, mencionar os nomes dos sócios efectivos admitidos no ano a que reporta o mesmo relatório; - - - - -
- OITO---- Requerer a convocação da Assembleia Geral, e convocar o Conselho Fiscal, sempre que o entenda necessário; - - - - -
- NOVE---- Contratar, ajustar e demitir pessoal; - - - - -
- DEZ----- Representar a Comissão, em juizo e fora dele, activa e passivamente. - - - - -
- ARTIGO DÉCIMO OITAVO- - - - -
- UM----- A Direcção reunirá, pelo menos, trimestralmente, e sempre que convocada pelo seu Presidente, ou por dois membros; - - - - -
- DOIS---- A Direcção só poderá deliberar com a presença de, pelo menos, a maioria dos seus membros;- - - - -
- TRES---- Os membros da Direcção respondem pessoal e solidariamente pela execução do seu mandato e pela violação dos Estatutos e dos preceitos da Lei;- - - - -
- QUATRO-- Ficarão isentos da responsabilidade referida no numero anterior, os membros da Direcção que: - - - - -
- a)-Não hajam tomado parte na deliberação em causa, deste que a tenham reprovado por declaração na acta ou por outro modo, logo que dela tenham tomado conhecimento; - - - - -
- b)-Expressamente tenham protestado contra as deliberações da maioria antes de exigida a correspondente responsabilidade. - - - - -
- ARTIGO DÉCIMO NONO- - - - -
- UM----- Os membros da Direcção exercerão as suas funções até que os novos membros eleitos tomem posse dos respectivos cargos; - - - - -
- DOIS---- Em caso de demissão colectiva da Direcção, o Presidente da Assembleia Geral nomeará uma Comissão Administrativa provisória que se ocupará da gestão corrente da Comissão, até à eleição dos novos membros da Direcção; - - - - -

- - - - -ARTIGO VIGÉSIMO- - - - -

Qualquer membro da Direcção que não compareça a três reuniões, por ano, sem justificação, será automaticamente substituído. - - - - -

- - - - -ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO- - - - -

A Direcção e o Conselho Fiscal, poderão reunir na Séde da Comissão ou nos locais em que a mesma possua qualquer forma de representação. - - - - -

- - - - -ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO- - - - -

A Direcção poderá delegar, sob proposta do Presidente, parte dos seus poderes em um ou mais dos seus membros, ou conferir mandatos a sócios para a prática de actos isolados e específicos. - - - - -

- - - - -ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO- - - - -

COMPETE AO PRESIDENTE DA DIRECÇÃO: - - - - -

UM----- Coordenar as actividades da Direcção; - - - - -

DOIS---- Convoçar as reuniões da Direcção e presidir às mesmas;- - - - -

TRES---- Representar oficialmente a Comissão; - - - - -

QUATRO-- Visar todos os documentos de receitas e despesas, rubricar os livros de tesouraria, assinando os seus termos de abertura e de encerramento; - - - - -

CINCO--- Em conjunto com o tesoureiro, abrir e movimentar contas bancárias, assinar e endossar cheques e ordens de pagamento, passar recibos e conferir quitações. - - - - -

- - - - -ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO- - - - -

COMPETE AO VICE-PRESIDENTE:- - - - -

UM----- Coadjuvar o Presidente no exercício das suas funções;- - - - -

DOIS---- Substituir o Presidente nas suas ausências ou impedimentos. - - - - -

- - - - -ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO- - - - -

COMPETE AOS SECRETÁRIOS:- - - - -

UM ----- Superintender em todas as actividades regulares da secretaria, preparar a agenda, secretariar e elaborar as actas das reuniões da Direcção;- - - - -

DOIS---- Organizar e promover a manutenção dos arquivos da Comissão. - - - - -

- - - - -ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO- - - - -

COMPETE AO TESOUREIRO: - - - - -

UM----- Arrecadar as receitas, promovendo o depósito das julgadas disponíveis; - - - - -
----- Promover o pagamento de despesas, depois de visadas pelo Presidente e aprovadas em reunião de Direcção; - - - - -

DOIS---- Escriturar as receitas e despesas da Comissão, assinar os recibos e quitações e todos os documentos de tesouraria e elaborar o orçamento, o balanço anual e os balancetes periódicos para apreciação nas reuniões da Direcção;- - - - -

TRÊS----- Em conjunto com o presidente, abrir contas bancárias e movimentar
----- as mesmas, assinar e endossar cheques, passar recibos e conferir
----- quitações. - - - - -

-ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO-

COMPETE AOS VOGAIS: - - - - -

Coadjuvarem os outros membros da Direcção e substitui-los em caso de ausen-
cia ou impedimentos. - - - - -

-ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO-

O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos: UM Presidente, UM
Secretário e Um Relator e por três suplentes, eleitos bienalmente pela As-
sembleia Geral. - - - - -

-ARTIGO VIGÉSIMO NÓNO-

O Conselho Fiscal reunirá, pelo menos, semestralmente, lavrando-se actas das
suas sessões, que serão assinadas pelos seus membros. - - - - -

-ARTIGO TRIGÉSIMO-

COMPETE AO CONSELHO FISCAL:- - - - -

UM----- Examinar periodicamente e sempre que o julgue necessário, a escri-
----- turação e documentos, conferindo os saldos de caixa.

DOIS---- Dar à Direcção parecer sobre qualquer assunto de administração, so-
----- bre que venha a ser consultado e assistir às reuniões da Direcção
----- sempre que o julgue necessário; - - - - -

TRÊS---- Dar parecer sobre o relatório e contas apresentadas pela Direcção
----- e pedir a convocação da Assembleia Geral Extraordinária, quanto por
----- voto unânime dos três membros se julgue necessário. - - - - -

-CAPÍTULO QUINTO-

-Da Assembleia Geral-

-ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO-

UM----- A Assembleia Geral representa a universalidade dos sócios no gozo
----- dos seus direitos associativos; - - - - -

DOIS---- As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de vo-
----- tos dos sócios presentes. - - - - -

-ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO-

UM----- A Assembleia geral reunirá, em sessão ordinária, no primeiro ter-
----- ceiro de cada ano, para apreciação e votação do relatório e contas
----- do ano findo, bem como para a eleição dos corpos gerentes, quando
----- tiverem terminado os respectivos mandatos; - - - - -

BOIS---- A Assembleia Geral reunirá, em sessão extraordinária, por iniciativa
----- do seu Presidente ou a pedido da Direcção, do Conselho Fiscal, ou a
----- requerimento de pelo meno um quarto dos sócios efectivos. - - - - -

- a) - Os sócios efectivos a que alude o presente numero, deverão funda-
----- mentar o motivo do seu requerimento e obrigarem-se a comparecer,
----- na sua maioria, à referida reunião; - - - - -
- b) - Os sócios efectivos que tenham requerido a convocação da Assembleia
----- Geral e a ela não compareçam, quando se verifique a sua ausência,
----- por parte da maioria, referida na alínea anterior, ficarão inibi-
----- dos de requererem a convocação de Assembleias Gerais, durante um
----- ano, e ficam igualmente obrigados a suportar os encargos inerentes
----- à convocação e realização da referida Assembleia.

PRAGRAFO ÚNICO - Como garantia da cominação prevista na parte final desta alí-
----- nea, deverão os sócios requerentes depositar, no momento da
----- apresentação do seu requerimento, a importancia provável das
----- despesas a efectuar, importancia que lhe será restituída se
----- a maioria dos requerentes comparecer à dita Assembleia Geral.

-----ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO-----
A Assembleia Geral será convocada por meio de anúncios publicados nos jornais
"A COMARCA DE ARGANIL" ou no "JORNAL DE ARGANIL", podendo igualmente ser con-
vocada através de correspondencia dos CTT, devendo ser feita com a anteceden-
cia mínima de oito dias e da convocatória deverá obrigatoriamente constar o
local, dia e hora da reunião, bem como a respectiva ordem de trabalhos.

-----ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO-----
A Assembleia Geral será composta por: UM PRESIDENTE, UM VICE-PRESIDENTE E UM
SECRETÁRIO.

PARAGRAFO ÚNICO - Em caso de ausência do Presidente, este será substituído
----- pelo Vice-Presidente, o qual, por sua vez, estando ausente,
----- será substituído pelo sócio mais antigo, que se ache presen-
----- te, desde que não pertença aos corpos gerentes. - - - - -

-----ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO-----
UM----- A Assembleia Geral só funcionará, em primeira convocatória, quando se
----- encontrar presente a maioria dos sócios; - - - - -
DUAS----- Quando não se encontre presente a maioria dos sócios referidos no nu-
----- mero anterior, o Presidente fará desde logo segunda convocatória, fun-
----- cionando a Assembleia Geral, meia hora mais tarde, com qualquer numero
----- de sócios presentes. - - - - -

-----CAPÍTULO SEXTO-----
----- Das Penalidades -----

-----ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO-----
As penalidades em que podem incorrer os sócios da Comissão, são as seguintes;
ADVERTENCIA, SUSPENSÃO, ELIMINAÇÃO EXPULSÃO. - - - - -

-----ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO-----

UM----- A Aplicação das penas de advertência e de suspensão, serão da competência da Direcção;-

DOIS--- A aplicação das penas de eliminação e expulsão, serão impostas pela Assembleia Geral, sob proposta fundamentada da Direcção, devendo a deliberação ser tomada em escrutínio secreto, por maioria dos votos dos sócios presentes.-

-----ARTIGO TRIGÉSIMO NONO-----

Incorrem em pena de advertência, os sócios que, por negligência faltem ao cumprimento dos seus deveres sociais, nomeadamente infringam o disposto nestes ESTATUTOS, as deliberações da Assembleia Geral ou da Direcção.

-----ARTIGO QUADRAGÉSIMO-----

A pena de suspensão será aplicada aos sócios que tenham sofrido, pelo menos, três advertências, ou deixarem de pagar as suas quotas durante um ano.

-----ARTIGO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO-----

Será imposta a pena de eliminação aos sócios que deixem de pagar as suas quotas pelo prazo máximo de dois anos, e sendo sócios beneméritos, não cumpram com o disposto no artigo décimo quarto destes ESTATUTOS.-

-----ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO-----

Incorrem na pena de expulsão, os sócios que tenham sofrido seis suspensões, que tenham contribuído gravemente e com culpa formada, para o desprestígio da Comissão ou dos seus corpos sociais. Que tenham mau comportamento moral e cívico ou ainda que tenham sido condenados judicialmente por crime infamante

-----CAPÍTULO SÉTIMO-----

-----Da Dissolução-----

-----ARTIGO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO-----

UM----- A dissolução da Comissão terá lugar nos casos previstos na LEI;

DOIS----- A liquidação será efectuada nos termos que então forem deliberados em Assembleia Geral.

-----CAPÍTULO OITAVO-----

-----Disposições Gerais-----

-----ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUARTO-----

A Comissão deligenciará com vista a ser reconhecida como PESSOA COLECTIVA DE UTILIDADE PÚBLICA, com as obrigações e regalias resultantes da LEI.

-----ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUINTO-----

A Comissão poderá adquirir bens imóveis necessários à realização dos seus fins, ou que constituam a melhor aplicação dos fundos que eventualmente a Comissão vênha a possuir. Pode igualmente aceitar heranças ou legados, mas de forma alguma se obrigará para além das forças materias daquelas deixas.

-----ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEXTO-----

Nenhum sócio poderá ser obrigado a exercer qualquer ~~ma~~cargos, por mais de um mandato. -----

-----ARTIGO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO-----

As deliberações sobre alterações dos ESTATUTOS, só poderão ser tomadas em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse efeito, com voto favorável de três quartos do numero de associados presentes. -----

-----ARTIGO QUADRAGÉSIMO OITAVO-----

Para que esta Associação possa ser dissolvida, torna-se necessário o voto favorável de três quartos do total dos seus associados.